
ECOLOGIA

MARINA MILITO GOES

**O MOVIMENTO ECOFEMINISTA: ASPECTOS
HISTÓRICOS E CONCEITUAIS**



Rio Claro
2021

MARINA MILITO GOES

O MOVIMENTO ECOFEMINISTA: ASPECTOS HISTÓRICOS E
CONCEITUAIS

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de
Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau
de Ecóloga.

Rio Claro
2021

G598m Goes, Marina Milito
O Movimento Ecofeminista: Aspectos históricos e conceituais /
Marina Milito Goes. -- Rio Claro, 2021
50 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ecologia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências,
Rio Claro
Orientadora: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1. Ecofeminismo. 2. Mulheres. 3. Natureza. I. Título.

“Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.
Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo
Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.”

Eu-Mulher (Conceição Evaristo)

AGRADECIMENTOS

Enfim, aqui estou. Encerrar esse ciclo universitário foi uma aventura com altos e baixos, mas esse trabalho é a prova de que com paciência e esperança tudo dá certo. Só tenho a agradecer a vida pela simplicidade e complexidade que é, pela transitoriedade das coisas e aos meus orixás. Às vezes quando muitos desafios aparecem e o presente parece muito assustador, é fácil se perder nas sombras. Mas depois, quando olho para trás, as coisas ruins ficam pequenas e o agradecimento pela evolução fica muito maior. Com isso, deixo aqui registrado todo meu amor e gratidão a todos aqueles que estiveram do meu lado por todos esses anos de Unesp. A lista de agradecimentos é grande, então por ora vou tentar resumir. Obrigada a todos meus guias espirituais por não me deixarem cair, obrigada minha família de sangue por todo apoio, obrigada minha família de coração por deixarem meus dias mais alegres e cheios de amor: Dungas, Lar de Maravilhas, e Maresia. Obrigada a todos meus amigos da Ecologia, Oito, Cigana, Mushu, Mafer, Popis, Lê, Mogli, Gleice, Cind, Gabi, Precoce, Vini, Lenha, Fritolino, Daqui, Morango e muitos outros que não estão aqui, mas estão no meu coração.

Cursar Ecologia não apenas me ensinou muito profissionalmente mas, principalmente, me fez um ser humano melhor. E por fim, um agradecimento especial a minha querida orientadora Rosa Maria, que não desistiu de mim e permitiu que esse sonho se realizasse. Obrigada VIDA! Obrigada Ecologia! Axé!

RESUMO

O presente estudo busca analisar a construção do movimento ecofeminista, que desde a década de 1960, une as pautas de ecologia com o feminismo. As pautas do movimento se opõem ao atual modelo de desenvolvimento insustentável baseado na cultura capitalista e patriarcal. Ao longo da história, essa relação de dominação e domesticação apresenta a figura da mulher associada à natureza, e a do homem associada à “cultura” que deve dominá-la. No Brasil e em outros países, organizações de mulheres lutam pela conscientização da preservação da natureza e das populações que sofrem com sua destruição, bem como contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, sementes transgênicas e do desmatamento desenfreado. A movimentação de mulheres brasileiras está intimamente ligada à resistência das populações tradicionais, que buscam na agricultura familiar, no extrativismo sustentável e na economia solidária alternativas para sobreviver frente ao modelo capitalista destrutivo. Diante disso, foi desenvolvido esse trabalho no qual buscou-se analisar por meio da investigação qualitativa de caráter bibliográfico e exploratório, como foi construída a história do movimento ecofeminista, a fim de apresentar como os movimentos de mulheres brasileiras se assemelham nessa luta atualmente.

Palavras-chave: Ecofeminismo; Mulheres; Natureza

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	8
3. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO E AS PRINCIPAIS TEÓRICAS ECOFEMINISTAS.....	10
3.1. O surgimento do Ecofeminismo e as contribuições do “Feminismo Radical”: o feminismo ou a morte.....	10
3.2. “Rompendo com o paradigma”: Mulheres e natureza, homens e cultura.....	12
4. DO ECOFEMINISMO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO.....	14
4.1. O ecofeminismo espiritualista: as contribuições de Vandana Shiva para a articulação ecofeminista na Índia e no “terceiro mundo”.....	15
4.2. Teoria ecofeminista contemporânea.....	18
5. MULHERES E ECOLOGIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	21
6. MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL ATRELADOS À PAUTAS AMBIENTAIS.....	25
6.1. Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MQCB).....	25
6.2. Mulheres Catadoras de Mangaba (MCM).....	27
6.3. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).....	28
6.4. Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).....	31
6.5. Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).....	33
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
8. REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

A relação de dependência do ser humano com a natureza existe desde os primórdios de nossa existência, sendo essencial o uso de seus recursos naturais disponíveis para sobrevivência. No entanto, ao longo da história, essa relação sofreu grandes mudanças: a natureza passou a ser “dessacralizada”, e o homem como “sujeito não-natural”, passível de dominá-la (GONÇALVES, 1990). Dessa forma, o ser humano deixou de se ver pertencente à natureza e passou a vê-la como um objeto explorável para seu crescimento e bem-estar.

Nota-se a consolidação dessa separação no início da Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra no século XVIII, na qual novas tecnologias e processos produtivos foram descobertos (LEAL, et al. 2008). O crescimento das indústrias causou o aumento da extração de matérias primas, bem como a exploração científica e a exploração tecnológica sem controle. Atualmente, o crescimento econômico se sustenta a custo da degradação ambiental, visto que todos os ecossistemas do mundo já sofreram algum tipo de influência antrópica, seja por contaminação, desmatamento, introdução de espécies exóticas, perda de biodiversidade ou a contaminação dos lençóis freáticos (GOULART & CALLISTO, 2003)

Assim, na construção da civilização industrial ocidental, a natureza se reduz a recursos a serem dominados e domesticados para atender e satisfazer as necessidades e propósitos dos homens, de maneira que as mulheres, identificadas com a natureza em decorrência dos papéis reprodutivos que exercem, biológica e socialmente, foram “objetificadas” e subordinadas na sociedade patriarcal (KING, 1989). Na Grécia Antiga, por exemplo, “ser livre” era primeiramente ser homem e não mulher, de maneira que a mulher ocupava posição equivalente à do escravo, pois somente estes executavam os trabalhos manuais - o que era extremamente desvalorizado pelo homem livre (ALVES & PITANGUY, 2017).

Embora a mitologia grega e outras religiões pagãs cultuassem a figura de Deusa, que representava a “Mãe Terra” e o poder da fertilidade, a substituição do culto a uma Deusa por um Deus monoteísta aprofundou, principalmente, as relações de dominação e exploração da mulher e natureza. O cristianismo, por exemplo, que é uma religião patriarcal baseada na trindade masculina “Pai, Filho, Espírito Santo” relaciona o homem à imagem de Deus, que é separado do mundo material e

destinado a dominá-lo (ANGELIN, 2017). Dessa forma, a figura da mulher associada à natureza, ao invés de ser uma simbologia valorizada, é vista de uma forma selvagem de modo que o homem é a “cultura” que deve dominá-la (RUETHER, 1995).

O modelo de dominação fundiária e patriarcal, o qual ascendeu e se estabeleceu como prática dominante a partir da implementação do feudalismo europeu, reforçou essa dicotomia ao diferenciar produção e reprodução, conferindo aos homens funções voltadas à manutenção dos territórios e à produtividade econômica, ao passo que às mulheres foi delegado o cuidado com a casa e a família. Dessa forma, além do controle sobre a terra, ao gênero masculino também se concedia o controle de corpos femininos, os quais recebiam *status* similar ao de propriedade privada (FEDERICI, 2017).

De acordo com Federici (2017), o trabalho doméstico e não-remunerado constitui-se como um dos pilares que possibilitaram o desenvolvimento do capitalismo e sua manutenção, e a subserviência sexual e baseada em gênero deve ser severamente combatida no caminho a superação do capitalismo e na construção de outras formas de sociedade. Ainda nos séculos XVI e XVII, a consolidação da família nuclear como padrão e a apropriação estatal das capacidades reprodutivas femininas foi enfrentado com resistência, e a ação repressora desses movimentos teve como um de seus expoentes a “caça às bruxas”, minuciosamente detalhada e analisada por Federici em sua obra (FEDERICI, 2017).

A luta das mulheres pela igualdade de gênero na esfera social-política pode ser considerada recente e primordial para os avanços que temos hoje. Em 1906 foi registrada uma das primeiras organizações de mulheres na Inglaterra, o grupo ‘Woman’s Social and Political Union’ que iniciou uma militância para chamar atenção para as questões políticas dos direitos das mulheres (JILES, 1952). Como resultado, a inclusão do voto feminino inglês foi conquistada apenas em 1914 depois de protestarem frente a muita resistência. Porém, foi um movimento de extrema importância para iniciar as discussões sobre a desigualdade de gênero em outros países - sendo considerada a “primeira onda feminista” (DUBOIS, 1999).

A “segunda onda feminista” foi marcada pelo início dos anos 1960, uma importante década para movimentos de contra-cultura ao redor do mundo, como a articulação contrária ao uso de energia nuclear e anti-armamentista, as rebeliões

estudantis de “Maio de 1968”, a revolução cubana, e os protestos contra a indústria baleeira pelo recém-formado grupo “Greepeace” que, junto à publicação do livro “Primavera Silenciosa” por Rachel Carson em 1962 que denunciava os efeitos ecossistêmicos e à saúde humana oriundos de agrotóxicos como o DDT foram importantes “peças” para a emergência do ambientalismo enquanto movimento social (SILLIPRANDI, 2015; ZELKO, 2004). Nesse contexto, feministas da “segunda onda” passaram a compor o *quorum* em diversas manifestações que combatiam a desigualdade de gênero e as opressões perpetradas, e como uma das principais pautas, estavam os direitos reprodutivos e a autonomia feminina, tendo a defesa da descriminalização do aborto como bandeira (SILLIPRANDI, 2000).

Além disso, o feminismo atrelava-se também a pautas concomitantes de outros movimentos, como por exemplo, o aumento populacional e o consequente colapso socioambiental em decorrência do mesmo, tema recorrente em artigos e livros sobre o futuro da população humana desde a publicação do Ensaio sobre o Princípio da População, de Thomas Malthus (MALTHUS, 1978).

A associação da defesa dos direitos reprodutivos femininos e o possível cenário de catástrofe ambiental decorrente do super crescimento populacional, bem como as influências da “Ecologia Profunda”, que se opõe ao paradigma destrutivo dos humanos com a natureza, levaram ao desenvolvimento de uma vertente feminista que abordasse os dois temas – feminismo e ambientalismo – em um mesmo movimento: o Ecofeminismo (HAWKINS, 1998). Logo, a construção desse movimento atrelou a luta contra a dominação das mulheres e a destituição do sistema que ameaça a base da vida da própria humanidade (RUETHER, 1995).

Em decorrência dos vários desastres ecológicos que cada dia mais preenchem e preenchem a lista de efeitos causados pelo atual modelo econômico insustentável e pelo homem — como o desmatamento em larga escala e a poluição de ecossistemas terrestres e aquáticos — a luta e mobilização de viés ecológico das mulheres se formou em busca de um manejo ambiental equilibrado e sustentável. Desde então, movimentos ambientais organizados por mulheres começaram a surgir em diversos países. No norte da Índia, em 1973, ocorreu o ‘Movimento Chipko’, o qual as mulheres se organizaram pacificamente abraçadas em árvores para impedir o desmatamento de uma área de floresta em que comunidades tradicionais locais faziam o uso sustentável (SHIVA & BANDYOPADHYAY, 1986).

Em 1977, a bióloga ativista Wangari Maathai do Quênia fundou o movimento “Cinturão Verde” (Green Belt Movement), que tinha como objetivo reunir as comunidades locais, principalmente as mulheres, em prol da defesa do meio ambiente e do combate ao desflorestamento no país, que é responsável pelos efeitos da desertificação que afeta a qualidade de vida das famílias (MAATHAI, 2003).

Embora Wangari tenha enfrentado resistência por parte do governo queniano, o movimento com viés social e ecológico conseguiu repercutir em outros países a ponto de a Sociedade Florestal da Noruega entrar em parceria com uma contribuição financeira (FERRARI, 2017). A partir disso, foi possível incentivar financeiramente os homens e as mulheres que estavam plantando árvores e contribuindo com o movimento.

No Japão na década de 1960, houve também uma importante organização das mulheres, o "Clube Seikatsu", que lutava contra a poluição alimentar causada pela radiação nuclear, pelos agrotóxicos e outros compostos químicos. As mulheres do "Clube Seikatsu" defendiam, principalmente, a preocupação em relação à “Doença de Minamata”¹ que é proveniente da exposição de metilmercúrio, de modo que travou um “movimento sólido e significativo” em prol da segurança alimentar, utilizando como instrumento a relação de consumo (BRAGA, 2015). Alguns anos depois, em 1980, Vandana Shiva - que também compôs o Movimento Chipko - ajudou a fundar o “Movimento Navdanya” a fim de lutar em defesa das sementes nativas que estavam sob ameaça da indústria das sementes transgênicas - situação a qual afeta diretamente os produtores rurais tradicionais até hoje (HALL, 2009).

Observa-se que os problemas ambientais que enfrentamos atualmente estão interligados a outros fatores como a economia e o desenvolvimento das relações humanas (ARARIPE, 2018). A partir do apresentado, conclui-se que a movimentação das mulheres expõe a necessidade de rever os padrões de produção e consumo que vivemos, além de trazer a relação de gênero articulada com a mudança para outro paradigma de civilização sustentável, equilibrado e igualitário.

Desse modo, o **objetivo** dessa pesquisa é estudar a história e a construção do movimento ecofeminista, de maneira a compreender se movimentos de mulheres

¹ Em 1953 a Chisso Fertilizer Co. Ltd., uma das maiores indústrias químicas do Japão, foi responsável por despejar rejeitos químicos, principalmente o metilmercúrio, nas águas da baía de Minamata contaminando toda a fauna marinha (BISINOTI & JARDIM, 2004).

brasileiras se assemelham nessa luta atualmente. Para atingir o objetivo do estudo, foi analisado como o movimento ecofeminista se consolidou, quais os resultados das articulações feitas, bem como as eventuais vertentes existentes dentro desse movimento.

O trabalho ora apresentado está estruturado em oito capítulos, sendo o primeiro e o segundo a introdução e o delineamento da pesquisa, respectivamente, e no oitavo capítulo serão apresentadas as considerações finais. O terceiro capítulo do trabalho “A construção do movimento e as principais teóricas ecofeministas” está voltado primeiramente para entender a evolução do pensamento feminista para a criação da vertente ecofeminista, a partir das principais autoras que se dedicam ao estudo do tema. Posteriormente, no capítulo quatro “Do ecofeminismo clássico ao contemporâneo: a consolidação do movimento” são exploradas as contribuições das autoras pioneiras da teoria ecofeminista e suas variações de pensamento. No quinto capítulo “Mulheres e Ecologia no cenário internacional” busca-se elucidar como foi construído o cenário internacional das políticas públicas frente às pautas das mulheres e do meio ambiente. E por fim, no sexto capítulo “Movimentos de mulheres no Brasil atrelados a pautas ambientais” são apresentados alguns dos movimentos de mulheres brasileiras que envolvem questões de gênero e ambientais, sendo estes: o “Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu”, o movimento das “Mulheres Catadoras de Mangaba”, o “Movimento dos Atingidos por Barragens”, o “Movimento das Mulheres Camponesas” e as mulheres do “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”.

2. DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo se caracteriza como uma investigação qualitativa de caráter bibliográfico e exploratório. A pesquisa é caracterizada como descritiva, pois a análise dos dados é feita respeitando a forma em que estes foram registrados (BOKDAN & BIKLEN, 1994). Assim, a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não são quantificados, direcionando a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

De acordo com os autores Bokdan e Biklen (1994, pg. 47-51), a investigação qualitativa apresenta cinco características primordiais, sendo elas: 1) Compreende-se melhor os dados quando são observados em seu ambiente natural de ocorrência; 2) A análise dos dados coletados é realizada respeitando sua natureza, sendo essa em forma de palavras e não de números; 3) O processo que ocorre durante a pesquisa e o significado tendem a ser mais importantes do que simplesmente o resultado final; 4) O método de análise dos dados é indutivo; 5) A abordagem do investigador é neutra em consideração ao objeto investigado.

A investigação qualitativa exige a realização de uma fundamentação teórica para ter conhecimento base sobre o objeto de estudo. Segundo Rauen (2002), a revisão bibliográfica é essencial para o pesquisador ter conhecimento aprofundado e detalhado sobre o tema. Desse modo, o autor expõe que a pesquisa deve seguir a sequência de primeiro definir o tema, depois fazer a localização e compilação das fontes bibliográficas. Em seguida, realizar a leitura, análise e fichamento para redigir o texto dissertativo.

Portanto, a revisão teórica da pesquisa permite que o investigador encontre o que outros pesquisadores têm publicado, quais as dificuldades enfrentadas acerca do tema, quais métodos empregados e também o que ainda pode ser investigado (TRIVIÑOS, 1987). Desse modo, a pesquisa será com base no levantamento bibliográfico de obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e fontes científicas (artigos, teses, dissertações) (ROTHER, 2007; GERHARDT & SILVEIRA, 2009).

O desenvolvimento da pesquisa será efetuado a partir das informações que abordam a origem do feminismo e dos movimentos ambientais que desencadearam

a vertente ecofeminista, além de analisar textos que discutem as questões política-sociais de gênero e a relação com o meio ambiente.

Uma das principais referências desse trabalho é a autora Emma Siliprandi, que desenvolveu sua tese de doutorado com o tema “Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar” (2009) e também publicou o artigo “Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais” (2000). A autora também publicou o livro “Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas” (2015), que aborda as trajetórias de mulheres agricultoras no movimento agroecológico e por um viés ecofeminista.

3. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO E AS PRINCIPAIS TEÓRICAS ECOFEMINISTAS

A eclosão dos movimentos contra-culturais dos anos 1960 e da “segunda onda feminista” levaram à formação de vertentes dentro do movimento, as quais diferiram por sua fundamentação, pelos métodos de abordagem e enfrentamento frente às pautas, e pelas prioridades de atuação. De acordo com Puleo (2005), três grupos principais se formaram: as “feministas liberais”, cujos debates se mantinham na defesa da igualdade de gênero de maneira individualizada, buscando reformar o sistema jurídico e em vez das estruturas sociais; as “feministas socialistas”, as quais se embasavam em escritos marxistas-leninistas para traçar estratégias de enfrentamento, levando em consideração especialmente a “luta de classes”, e as “feministas radicais”, que tratavam a questão de gênero e a “subjugação da categoria fêmea” como opressões primeiras, sendo seu combate, portanto, imprescindível para a implementação de qualquer modelo social realmente libertário (PULEO, 2005). Nesse terceiro grupo, iniciaram-se os primeiros debates associando a opressão feminina à sua condição mais ligada à natureza do que à cultura, atributo esse relacionado ao gênero masculino, justificando a perpetuação da dominação de homens sobre terras e corpos (SILIPRANDI, 2015).

Nas seções seguintes deste capítulo, será contextualizado o cenário no qual os primeiros manifestos ecofeministas ascenderam, bem como serão expostas as primeiras publicações de “feministas radicais” que abriram caminhos para o surgimento do “Ecofeminismo” enquanto vertente independente dentro do pensamento feminista, tais como o texto *Le féminisme ou la mort*, de Françoise D'Eaubonne (1974) e a publicação *Is female to male as nature is to culture?*, de Sherry Ortner (1974).

3.1 O surgimento do Ecofeminismo e as contribuições do “Feminismo Radical”: o *feminismo* ou a morte

As “feministas radicais” compuseram o setor que mais problematizava as tentativas neomalthusianas de propor saídas para a crise demográfica e suas denúncias apontavam não somente o modelo antropocêntrico como também o “androcentrismo” no centro do debate quanto às causas do colapso socioambiental. Isso não significa que o debate relacionando os dois assuntos tenha sido inaugurado

nesse período, visto que os métodos para a contenção do aumento populacional já eram discutidos e problematizados desde a publicação de Malthus, no século XVIII, bem como a discussão em torno dos direitos reprodutivos femininos como estratégia para frear a crise ambiental.

Segundo Puleo (2005), entre as “sufragistas da primeira onda feminista” já havia notório engajamento quanto ao vegetarianismo e aos direitos animais; já a feminista norte-americana Emma Goldman, por exemplo, publicava sobre contracepção legal na revista *Mother Earth* desde 1906, e, em 1941, a sueca Elin Wäger se autodeclarava “feminista e ecologista”, com a publicação de *Alarm clock* (LEPPÄNEN, 2003). Apesar do não-pioneirismo das “feministas radicais sessentistas”, foram elas quem consistentemente sinalizaram o modelo de produção e consumo e a capacidade de carga do planeta como fundamentais para a real compreensão da problemática ambiental em curso e sua resolução. (SILIPRANDI, 2015)

Tendo em vista o contexto tratado nos parágrafos anteriores, “feministas radicais” como a francesa Françoise D'Eaubonne colocaram no centro do debate a necessidade de, não somente lutar pela garantia dos direitos reprodutivos às mulheres, como a legalização do aborto e a democratização do acesso à saúde, como também repensar as premissas capitalistas e imperialistas de produção, consumo e de desigualdades socioambientais (D'EAUBONNE, 1974).

O primeiro texto-manifesto sobre a crise ambiental a partir da ótica feminista foi publicado por D'Eaubonne em 1974, com o título *Le féminisme ou la mort*, no qual a autora alertava para a mudança do paradigma antropocêntrico e androcêntrico como essencial para o futuro da espécie humana e do planeta. De acordo com Puleo (2004) em sua análise a respeito da obra de D'Eaubonne, *apud* Siliprandi (2015):

[...] o controle da natalidade era apenas parte da equação, sendo outra o modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens, que orientava os países industrializados (tanto capitalistas quanto socialistas) e que estava levando a humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina. (PULEO *apud* SILIPRANDI, 2015, p. 46)

A abordagem de D'Eaubonne claramente se distingue da utilizada por outras correntes feministas, tendo em vista sua problematização de diferentes modelos políticos, inclusive o socialista, frente à degradação socioambiental (PULEO, 2000). Apesar de ser considerada a primeira publicação ecofeminista entre as feministas

radicais, o termo “Ecofeminismo” não aparece no texto nenhuma vez, e foi cunhado por Sherry Ortner, com a publicação de “*Is female to male as nature is to culture?*”, também em 1974, revolucionando de vez essa corrente teórica e dando-lhe forma e força. (SILIPRANDI, 2015)

3.2 “Rompendo com o paradigma”: mulheres e natureza, homens e cultura

O principal marco para a consolidação do Ecofeminismo dentro do feminismo radical foi a publicação de ‘*Is female to male as male is to culture*’, da norte-americana Sherry Ortner, em 1974. No livro, a autora começa a tecer seu raciocínio a partir de constatações presentes em *O segundo sexo*, da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949), como a opressão feminina em sociedades humanas desde os primórdios da humanidade, e as características fisiológicas femininas (menstruação, gestação, parto e lactação) como justificativas patriarcais para a dominação de seus corpos.

Devido a essa mesma fisiologia, à maternidade e a seus papéis pré-estabelecidos socialmente, a categoria *mulher* é aproximada da ideia de natureza, ao passo que a cultura associa-se a um “poder de transcendência sobre as condições naturais para transformá-las segundo os propósitos humanos”, assemelhando-se, de acordo com essa perspectiva, às idiosincrasias masculinas (SILIPRANDI, 2015, p. 49).

Dessa forma, aquilo que é natural e feminino assume um *status* inferior e passível de dominação e domesticação, em relação ao jugo do que é cultural e masculino, e, sendo assim, justifica-se a dominação do homem sobre a terra, bem como deste sobre os animais e sobre as mulheres. Outro ponto de seu livro foi o detalhamento da semelhança entre o não reconhecimento da maternidade e das chamadas “atividades reprodutivas femininas” com a exploração dos recursos naturais, como se ambos fossem fontes de riqueza disponíveis ao bel prazer masculino, os quais disporiam, de acordo com a lógica patriarcal, das capacidades cognitivas e intelectuais para administrar ambos “recursos” como julgassem necessário, muitas vezes respaldados pela ciência (ORTNER, 1974).

Ademais, Ortner expôs a dominação de corpos, territórios e recursos como raiz das crises socioambientais, e trouxe como “réu a lógica masculina, ocidental e

branca”, que sentenciava como inferior aquilo que dela diverge, seja em relação a mulheres, seja em relação a outras raças e etnias ou aos chamados “países de terceiro mundo”, evidenciando o patriarcado como sustentáculo de outras opressões e modelos pautados na desigualdade, como o racismo e o imperialismo. Como apontado por Puleo (2005, p. 125), foi a partir de publicações como a de Ortner que se denunciou o recorrente paradigma militarista masculino, fazendo da dominação e violência a sua “expressão da virilidade, levando frequentemente a humanidade à guerra como forma privilegiada de resoluções de conflitos”.

Como saídas para reverter esse quadro, Ortner aponta para a necessidade de fomentar a participação feminina na política e a ressignificação de sua fisiologia e capacidades reprodutivas, conferindo-lhes sentido distinto à recorrente inferiorização (ORTNER, 1974).

Apesar de repercutirem positivamente entre núcleos feministas radicais, suas ideias também foram alvos de críticas dentro do movimento. Por um lado, Ortner foi acusada de ser demasiado “essencialista” ao definir a categoria mulher de acordo exclusivamente com sua genitália, associando a ideia de “feminilidade” a suas capacidades reprodutivas; de não problematizar a dicotomia homem-mulher já previamente combatida entre outras feministas radicais, favoráveis a ideia de supressão de gêneros, bem como de “demonizar os homens”. (SILIPRANDI, 2015)

Por outro lado, seu texto foi interpretado como um rechaço à cultura e à sua atribuição androcêntrica, além de exaltar a natureza e o ser mulher, resgatando seu valor (SILIPRANDI, 2015). Independente da interpretação feita a partir de sua publicação, e do direcionamento tomado pelas feministas após a leitura, essa obra teve desdobramentos dentro e fora da academia, e repercutiu em publicações e ações do movimento nos anos que se seguiram e que se seguem, como serão apontados no decorrer da presente pesquisa.

4. DO ECOFEMINISMO CLÁSSICO AO CONTEMPORÂNEO: A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO.

Apesar de o ponto de vista de suas obras não serem consenso geral dentro do próprio feminismo, as autoras pioneiras no campo do ecofeminismo foram de fundamental importância para sintetizar o viés da corrente e abrir terreno para que as seguintes teóricas se posicionassem. De acordo com Puleo (2005, p.125-127), as principais contribuições das ecofeministas consideradas “clássicas” foram a denúncia

do androcentrismo da ciência e da história, resgatando, por um lado, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades e as formas como se deu a sua exclusão do conhecimento formal e dos espaços de legitimação da ordem social. (PULEO, 2005, p. 125)

Além disso, denunciavam a “postura reducionista da ciência e da tecnologia, que tinha como consequência o seu uso irresponsável, que colocava em risco não só a saúde humana, mas a própria sobrevivência da humanidade e do planeta”; a “postura de dominação e os códigos de conduta que levavam à violência dos seres humanos sobre os animais”, sendo estes “semelhantes àqueles que justificavam a opressão das mulheres, assim como a opressão de outras etnias e raças que não o homem branco ocidental”. De acordo com a autora

[...] as mulheres pobres do terceiro mundo, dadas as suas condições de responsáveis pela manutenção do núcleo doméstico, eram as primeiras vítimas das políticas da degradação ambiental promovida pela globalização neoliberal (pelo desmatamento, pela poluição das águas e do solo, pelo uso da terra para cultivos de exportação, etc.), mas que eram capazes de resistir a esse modelo, transcendendo aos papéis de gênero tradicionais. (PULEO, 2005, p.127)

Esse último ponto, no que tange à situação das mulheres oriundas de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, refletiu na formação de diferentes correntes dentro do movimento ambientalista, a partir das noções de “desigualdade ambiental” e “justiça ambiental”, sobre as quais discorreremos adiante. (SILIPRANDI, 2015).

Apesar das contribuições das primeiras publicações ecofeministas, as mesmas foram alvo de críticas por parte de outras “feministas radicais” como já apontado. (SILIPRANDI, 2015). As principais controvérsias em suas reflexões estavam no fato de serem consideradas “essencialistas”, e trataram a subjetividade

feminina e a feminilidade como inerentes à condição de fêmea humana. Essa ideia era bastante combatida pelas “feministas radicais” e socialistas, as quais associavam a ideia de feminilidade às pressões patriarcais quanto ao comportamento feminino e aos papéis sociais por elas desempenhados. Como explica Siliprandi (2015):

O essencialismo foi (e é) criticado em dois sentidos: primeiro, porque uniformiza todos os possíveis comportamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica; e, em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas “femininas”, reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, em vez de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele. (SILIPRANDI, 2015, p.69)

Apesar das críticas, isso não impediu que o ecofeminismo tomasse outros caminhos ainda mais “essencialistas”, bifurcando-se do “feminismo radical” oriundo da segunda onda e “adentrando a um campo mais holístico e espiritualista”, concomitante à constante construção do ecofeminismo radical inspirado em D'Eaubonne e Ortner. (PULEO, 2005; SILIPRANDI, 2015). Nos subcapítulos seguintes, abordaremos os desdobramentos do “Ecofeminismo Clássico”, ou seja, o “Ecofeminismo Espiritualista” e a “Teoria Ecofeminista Contemporânea”

4.1 O “ecofeminismo espiritualista”: as contribuições de Vandana Shiva para a articulação ecofeminista na Índia e no “terceiro mundo”

Devido às características fisiológicas e aos papéis reprodutivos desempenhados pelas mulheres, gerou-se a crença de que haveria um devir feminino relacionado ao cuidado, à atenção, à amabilidade e à não-violência (SILIPRANDI, 2015). Os primeiros textos e publicações acerca do ecofeminismo foram alvo de críticas por não romperem com essa crença e, pelo contrário, romantizarem a condição feminina como mais próxima à da natureza. Após a publicação desses trabalhos, outras feministas se manifestaram apresentando também diferentes pontos de vista, com particularidades de suas próprias vivências. Destaca-se a contribuição de feministas cuja cultura destoa da ocidental, monoteísta e centralizada na figura de um único Deus, antropomorfo e masculino, que criou o homem a sua imagem e semelhança e a mulher a partir de uma parte incompleta de sua criatura.

(SILIPRANDI, 2015)

Tomando como exemplo o hinduísmo e sua cosmologia, o “princípio feminino” exerce um papel diferente de um mero coadjuvante. A ativista, filósofa, física e ecofeminista indiana Vandana Shiva, importante expoente do ambientalismo e da luta contra sementes transgênicas no noroeste da Índia, descreve em seu livro *Staying alive: women, ecology and survival*, publicado em 1991, que dentro da cosmovisão hinduísta, o mundo se criou e se mantém devido ao balanço entre duas forças, Shakti e Shiva, chamados de princípio feminino e masculino, respectivamente. (SHIVA, 1991)

Dentro dessa perspectiva, o mundo está em constante movimento devido à dinâmica dialética entre a criação e a destruição, representadas por essas forças, e ambas são necessárias para a manutenção do mundo e da vida. De acordo com Shiva (1991), o colonialismo, o imperialismo e o modelo desenvolvimentista capitalista levaram à ruptura desse balanço, enfatizando atividades ligadas à Shiva e considerando o que é de Shakti, como inferior e explorável.

Paralelamente à exploração dos recursos e do meio ambiente, marginalizaram-se as mulheres, devido ao rechaço desenvolvido por seus conhecimentos práticos (provocado pela expansão do rigor científico para a subjugação desses etnosaberes) e pela degradação ambiental e consequente destruição de recursos, colocando-as em uma situação de ainda mais vulnerabilidade (SHIVA, 1991).

De acordo com a autora, foi o rompimento com as práticas tradicionais frente à ofensiva desenvolvimentista que levou as mulheres e a potência Shakti a serem suprimidas. Entre os desdobramentos dessa supressão, está a contínua destruição da natureza, visto que, para ela, as mulheres exerciam funções diretamente relacionadas ao cuidado com a terra e baseadas na diversidade e horizontalidade (SHIVA, 1991).

O ápice dessa supressão das mulheres e da natureza se dá na implementação da monocultura como modelo agrícola, já que esse sistema busca explorar o máximo de recurso em nome da produtividade, minando a diversidade biológica e também cultural, respaldando-se em justificativas científicas e tecnológicas que buscam na realidade aumentar a acumulação de capital (SHIVA, 1991). Ela defende que as monoculturas agrícolas não são mais do que um resultado de um processo mental, chamado de “monocultura do pensamento”.

Sendo assim, a solução não seria “demonizar o masculino, os homens e o princípio Shiva”, mas sim resgatar a força Shakti, pois “a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem”. (SHIVA, 1991, p. 77) Para embasar seus argumentos, Vandana Shiva relembra e descreve o movimento Chipko, que recebeu atenção em todo o planeta na década de 1970, tornando-se um dos atos mais conhecidos em defesa das florestas na Índia. (SHIVA, 1991)

No norte indiano, na cadeia montanhosa do Himalaia, após a privatização dos bosques pelo “Serviço Florestal Estatal”, mulheres camponesas inspiradas pela resistência pacífica promovida por Mahatma Gandhi tomaram a iniciativa de enfrentar as madeireiras e os próprios maridos, funcionários das mesmas, em defesa da natureza. Como forma de manifestação, essas mulheres abraçavam árvores antes que fossem derrubadas pela madeireira, como tentativa de freá-la. Além disso, realizavam vigílias para monitorar a ação da empresa, e nesse ínterim promoviam discussões acerca do cenário socioambiental em que viviam, baseando-as na cosmovisão hindu. (SILIPRANDI, 2015)

Foram anos de mobilização entre as mulheres Chipko e de manifestações ao redor do mundo em apoio à causa, e dessa movimentação, além de barrarem a derrubada do bosque, formou-se uma articulada rede global com ampla participação feminina e cujo objetivo é denunciar as empresas multinacionais em países de terceiro mundo, tendo como uma de suas principais vozes a própria Vandana Shiva (SILIPRANDI, 2015).

Apesar de suas contribuições para a articulação de grupos de mulheres em prol das pautas ambientais pela Índia e em outros países em desenvolvimento, os argumentos e publicações de Shiva foram alvo de críticas de feministas dentro e fora de seu país, dentre as quais destaca-se a economista indiana Bina Agarwal (SILIPRANDI, 2015).

Agarwal, na verdade, posiciona-se contrária ao ecofeminismo de maneira geral, propondo o que chama de “ambientalismo feminista”. Sua problematização está no fato de que as principais teóricas do ecofeminismo, com “abordagem essencialista”, deixam de questionar e discorrer sobre outros recortes de dominação ambiental e social para além do gênero, como raça, etnia, castas e classes (AGARWAL, 1998). Como a autora destaca em *El género y el debate*

Ao enfatizar o papel das camponesas pobres e das mulheres das tribos nos movimentos ecologistas, não estou afirmando, como fazem algumas estudiosas feministas, que as mulheres possuem uma sensibilidade ou temperamento cognitivo especificamente feminino, ou que as mulheres enquanto mulheres têm certas características que as predispõem para atender a todos os detalhes, para ser mais interativas do que individualistas, e para compreender o verdadeiro caráter dos processos naturais complexos em termos holísticos. Mas situo as respostas e as perspectivas destas mulheres (que são, sim, frequentemente interativas e holísticas) na sua realidade material, na dependência e uso dos recursos naturais para sobreviver, no conhecimento da natureza adquirido nesse processo, nos parâmetros culturais e modos de pensamento dessas comunidades. (AGARWAL, 1998, p. 222)

A autora, portanto, sublinha a necessidade de avaliação das diferentes realidades materiais de mulheres de países em desenvolvimento, considerando seus diferentes vínculos com o meio ambiente, papéis sociais e *backgrounds* colonizatórios de seus países, em vez de generalizar o quadro econômico e social dos países considerados de “terceiro mundo” (AGARWAL, 1998).

O Ecofeminismo que tem em seu marco publicações essencialistas de D'Eaubonne e Ortner em 1974, e que nos anos 1980 e 1990 receberam contribuições de autoras cuja abordagem foi cultural e espiritualista, com o tempo passou por um contínuo processo de construção.

Diferentes representantes ecofeministas endossaram os discursos já publicados, os criticaram, contra-argumentaram, e seguiam publicando e debatendo a respeito da dominação das potencialidades femininas e da natureza. A partir desse movimento, o ecofeminismo pôde se consolidar como corrente independente do feminismo radical e do ambientalismo, e novas vertentes se formaram, como o ecofeminismo contemporâneo. (SILIPRANDI, 2015)

4.2 Teoria ecofeminista contemporânea

A ecofeminista australiana Val Plumwood, de acordo com Cavana (2004), apresenta em seu livro *Feminism and the mastery of nature* (1993) uma reflexão filosófica quanto à dominação de seres humanos e do meio ambiente, partindo da premissa de que a lógica ocidental coloca o ser humano como ser à parte do que é natural e da natureza, posicionando-se como superior, lógica essa que se repete dentro da própria espécie, levando à hierarquização da sociedade com base da

racionalidade. A razão, atributo exclusivo do ser humano e construída social e historicamente como masculina, coloca-o na posição de um dominador independente de seu subordinado, e nesse processo de exaltação da razão, se distancia da corporeidade e da materialidade humana, colocando-os como inferiores e “homogêneos”, como explica Cavana (2004, p. 15).

O distanciamento daquilo que não vem da razão não só diminui o que é material, mas também o que é subjetivo, como os sentimentos e emoções “e tudo que aproxima a vida humana do mundo concreto” (SILIPRANDI, 2015, p. 76). Sendo assim, a valorização da razão coloca o sujeito da racionalidade ocidental – homem e branco – como dominador, e tanto as mulheres (devido à sua corporeidade e sua “feminilidade” emocional) quanto a natureza como inferiores e sujeitos à dominação. A saída para reverter esse cenário, portanto, não seria demonizar e inferiorizar a cultura ou a natureza, mas sim superar a hierarquização e dualismo e reposicionar a razão e a cultura em um patamar horizontal, democratizando-os e reconhecendo a natureza como inerente a todos os seres humanos, independente de seus sexos biológicos e gêneros.

Ademais, Plumwood assume que o ecofeminismo clássico e espiritualista falhava em tentar romper com o estereótipo feminino enquanto “anjo do lar” para colocar as mulheres enquanto “anjos do ecossistema”, de forma a perpetuar os papéis sociais femininos ligados ao cuidado, e manter a divisão social e imposição de trabalhos domésticos, colocando nessa função a aura de salvadoras altruístas do meio ambiente, como aquelas que limpam e consertam o que foi destruído (PULEO, 2007, p. 245).

A partir das reflexões de Plumwood, a ecofeminista espanhola Alicia Puleo publicou diversos livros acerca da dominação de corpos e mentes femininas, da terra e dos recursos, organizando sua proposta em seis pontos principais do que ela chama de “ecofeminismo ilustrado”:

- 1) ser um pensamento crítico; 2) reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) fomentar a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) assumir o diálogo intercultural; 6) afirmar a unidade e continuidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão. (PULEO, 2008, p. 4)

Como adendo ao explicitado por Plumwood, Puleo reforça a valorização das mulheres enquanto “sujeitos políticos” como imprescindível para a superação do patriarcado. Enquanto agentes de mudança política, reafirma-se a perspectiva da solidariedade feminina global, sem categorizar mulheres de países em desenvolvimento como salvadoras do ecossistema e como meras vítimas.

Puleo questiona também a problemática de romantizar sociedades tradicionais, generalizando-as como matriarcais e matrilineares, propondo uma dialética que abranja “as distintas realidades culturais como processos dinâmicos que se enriquecem com a mútua interpelação capaz de produzir fenômenos de reflexibilidade indispensáveis para a construção da igualdade entre os sexos” (PULEO, 2008, p. 20). Em sua obra, Puleo também resgata uma das pautas primeiras da “segunda onda feminista” e do “feminismo radical”, a defesa dos direitos reprodutivos.

As contribuições das teóricas ecofeministas ao longo dos últimos quase cinquenta anos se expandiram para além da academia, e influenciaram em movimentos ao redor do mundo, como expõe Vandana Shiva, bem como as agendas internacionais e os planos de articulação socioambientais ao redor do mundo, desde as cúpulas da ONU até coletivos de artesãs em comunidades tradicionais, cooperativas de mulheres catadoras de recicláveis pela América do Sul e assentamentos rurais nas diferentes regiões do Brasil.

5. MULHERES E ECOLOGIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Nas décadas de 1960 e 1970, a ascensão do movimento feminista da “segunda onda” fortaleceu importantes críticas sobre os problemas que permeavam a condição do “ser mulher” na sociedade patriarcal e capitalista, travando uma luta conjunta de caráter político e transformador em âmbito global (FONTÃO, 2011).

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o “Ano Internacional da Mulher” e também instituiu “A Década da Mulher” de 1975 a 1985, proporcionando um aumento da visibilidade para as pautas feministas internacionais. Essa mobilização internacional refletia o fortalecimento do movimento feminista, novas formas de participação da mulher no desenvolvimento e consolidava o entendimento do feminino em sua forma coletiva - com a partilha das dificuldades das mulheres nos diferentes países (GUARNIERI, 2010; SILIPRANDI, 2000).

Como forma de marcar o “Ano da Mulher”, foi realizada na Cidade do México a ‘I Conferência Mundial sobre as Mulheres’, com objetivos de sugerir novas formas da participação feminina no desenvolvimento e criar um plano de ação global, para fortalecer o papel das mulheres principalmente nas áreas rurais (GUARNIERI, 2010).

Como resultado da Conferência, foi elaborado um “Plano Mundial de Ações” e “35 resoluções”, além da criação do ‘Fundo das Nações Unidas para a Mulher’ (UNIFEM) e o ‘Instituto Internacional para o Treinamento e Pesquisa sobre a Promoção da Situação da Mulher’ (INSTRAW). A criação do INSTRAW foi realizada com o intuito de analisar o papel das mulheres na gestão da água e do saneamento ambiental nos países da América Latina, Ásia e África (SILIPRANDI, 2009), de maneira a contribuir para o reconhecimento da importância da mulher na gestão dos recursos, e a agregar na luta pela necessidade de novas ações políticas de capacitação das mulheres para desenvolverem esse papel.

No Brasil, por exemplo, o “Ano Internacional da Mulher” foi de extrema importância, pois permitiu a discussão e organização das mulheres em um contexto de repressão pela ditadura militar, abrindo espaço para coletivos femininos como o “Centro da Mulher Brasileira (CMB)” com sede nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (SARTI, 1988).

A “II Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher”, em 1980, na cidade de Copenhague, foi realizada a fim de avaliar os progressos do “Plano de Ações” e atualizá-lo. Porém, em 1985, na “III Conferência da Mulher”, realizada na cidade de Nairóbi, houve falta de interesse e investimento em prover ações que integrassem as mulheres no desenvolvimento, pois o que foi proposto para a segunda metade da Década das Mulheres ainda não tinha sido alcançado e haviam poucos resultados (GUARNIERI, 2010). Entretanto, foi possível notar avanços na expansão da divulgação de informações sobre a situação das mulheres em todo o mundo (FONTÃO, 2011). Durante a Conferência houve a realização de um “Fórum de ONGs” de maneira paralela e independente sobre “Mulheres e a Crise Ambiental”, o qual ajudou a criar o Grupo de Trabalho “Mulheres para o Desenvolvimento Sustentável” no âmbito da ONU em 1987 (SILIPRANDI, 2009).

O reconhecimento e a inclusão das pautas feministas aliadas às questões ambientais começou a ganhar força na “I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92)”, que ocorreu no Brasil na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Proveniente dessa Conferência, passou-se a discutir a importância da participação das mulheres no manejo dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental, além de destacar a urgência de ações que erradicasse a discriminação das mulheres garantindo o acesso aos recursos de terras, educação e emprego (GONÇALVES & ROSENDO, 2016).

No âmbito do “Fórum Global da Eco-92”, aconteceu o “Planeta Fêmea” - um espaço específico para discutir as questões das mulheres e que consolidou propostas para a criação da ‘Agenda 21 de Ação para as Mulheres’. Dentre os itens elaborados nesse plano de ação, há um capítulo exclusivo para a questão das mulheres, o qual entre os itens destacam-se:

- 1) Medidas para examinar políticas e estabelecer planos a fim de aumentar a proporção de mulheres que participem como responsáveis pela tomada de decisões, planejadoras, gerentes, cientistas e assessoras técnicas na formulação, no desenvolvimento e na implementação de políticas e programas para o desenvolvimento sustentável;
- 2) Programas para desenvolver a consciência dos consumidores e a participação ativa da mulher, enfatizando seu papel decisivo na realização das mudanças necessárias para reduzir ou eliminar padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados, a fim de estimular o investimento em atividades produtivas ambientalmente saudáveis e induzir a um desenvolvimento industrial benévolo do ponto de vista ambiental e social;
- e 3) Programas para eliminar imagens, estereótipos, atitudes e preconceitos negativos persistentes contra a mulher mediante mudanças nos padrões de socialização, nos meios de comunicação, na propaganda e no ensino formal

ou informal (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 364-365).

No ano de 1995 ocorreu a “Conferência de Beijing”, que dava continuidade tanto às conferências mundiais sobre mulheres quanto às conferências mundiais sobre temas globais, dando seguimento a visibilidade das questões de gênero dentro das questões sociais internacionais (GUARNIERI, 2010). Essa Conferência resultou na elaboração da ‘Plataforma de Ação’ e da ‘Declaração de Beijing’, adotadas por 189 países, a fim de estabelecer avanços jurídicos e áreas prioritárias de ação (GUARNIERI, 2010). Dentre as ações propostas da “Plataforma de Ação”, incluem-se:

Envolver as mulheres ativamente em todas as decisões referentes a questões ambientais; integrar perspectivas e preocupações de gênero em todas as políticas para o desenvolvimento sustentável; e reforçar ou estabelecer mecanismos (caso não existam), em nível internacional, regional e nos países, para avaliar o impacto de políticas ambientais e de desenvolvimento sobre as mulheres. (SILIPRANDI, p. 86, 2009)

A “Declaração de Beijing” consiste em um documento mais resumido para ser divulgado nos meios de comunicação a fim de firmar os compromissos dos governos com ações discutidas na Conferência em prol das mulheres (FONTÃO, 2011).

Em 1996 ocorreu a “Conferência Mundial de Alimentação”, em Roma, cuja Women’s Environment and Development Organization (WEDO) - uma rede de articulação internacional formada por ativistas de vários países, apresentou um documento com propostas para enfrentar os problemas da fome. A WEDO criticou a atuação das grandes empresas agroalimentares que contribuem para a degradação ambiental que atinge majoritariamente as mulheres dos países pobres, principalmente as do meio rural (SILIPRANDI, 2000).

Embora nas conferências internacionais existissem discussões sobre as pautas referentes às mulheres e ao desenvolvimento sustentável, na “Conferência de Joanesburgo”, realizada em 2002, houve um atraso nas evoluções das metas e dos resultados propostos nas conferências anteriores. Assim, na “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)” buscou-se reiterar os compromissos firmados em 1992 visto que houve pouco progresso no combate à discriminação contra a mulher e a degradação ambiental aumentou exponencialmente (GONÇALVES & ROSENDO, 2016). Porém, como expõem as autoras Gonçalves & Rosendo (2016), a mudança na linguagem da ONU em propor

objetivos e não direitos, pode ser interpretada como um retrocesso no desenvolvimento das causas sociais e ambientais, pois objetivos são metas temporárias e os direitos são permanentes.

Em que pese o fato de as efetivações das pautas de gênero e do desenvolvimento sustentável não terem sido altas quanto o esperado, o crescimento das reuniões e debates internacionais foram essenciais para expandir a divulgação dessa discussão por todos os países. Desse modo, entende-se que a busca relativa à conscientização das problemáticas referentes à mulher na sociedade atual juntamente com a preocupação ambiental, ampliou a articulação para novas propostas de mudança.

6. MOVIMENTOS DE MULHERES NO BRASIL ATRELADOS A PAUTAS AMBIENTAIS.

No Brasil, alguns movimentos de mulheres que reivindicam questões ambientais estão relacionados diretamente com a luta das mulheres que pertencem a “comunidades tradicionais” (BRAGA 2015). De acordo com o autor, as comunidades tradicionais apresentam caráter significativo no desenvolvimento de técnicas singulares de preservação ambiental e cultural, de modo que o trabalho é realizado em conjunto com a natureza - contribuindo para a construção de uma identidade preservacionista entre os membros da comunidade.

Do ponto de vista econômico, há semelhança na forma como o pensamento ocidental hegemônico vê a dominação das mulheres e a exploração da natureza, sendo ambas, partes da utilização de “recursos naturais” sem custos e a serviço da acumulação do capital (SILIPRANDI, 2000). Desse modo, a desigualdade social que atinge as mulheres pobres, principalmente nas áreas rurais, faz com que sejam as primeiras vítimas da crise ecológica e da degradação do meio ambiente (MELLOR, 1997; TORNQUIST et al., 2010).

Nesse cenário de luta das mulheres pelo reconhecimento das causas sociais e ambientais, destacam-se, atualmente, cinco movimentos que se articulam politicamente no Brasil, sendo eles: o “Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MQCB)”, as “Mulheres Catadoras de Mangaba (MCM)”, o “Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)”, o “Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)” e o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST)”. Passo, a seguir, a apresentar cada um desses movimentos.

6.1 Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MQCB)

Nos estados de Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, mulheres de comunidades rurais e tradicionais trabalham com a “extração sustentável” dos cocos babaçus. As atividades desenvolvidas nos babaçuais são fundamentais para o sustento dessas famílias pois permitem tanto a venda do coco e da amêndoa quanto uma pluralidade no aproveitamento da palmeira, como a utilização das folhas - para cobertura das

casas e janelas, fazer cestos e esteiras, o óleo extraído e também o mesocarpo do coco - utilizado para fazer farinha (SCHWARTZ, 2017). O extrativismo dos babaçuais acompanha as mulheres dessas comunidades de geração em geração, preservando uma identidade coletiva e o respeito pela memória cultural.

A atuação das quebradeiras de coco se tornou um grande movimento social que incorpora na sua luta a defesa pelo reconhecimento do trabalho de subsistência, pela autonomia e também pela importância da preservação do meio ambiente (HAGINO, 2007). Para muitas famílias rurais viver só é possível porque os babaçuais provêm matéria prima para quase tudo, como expõe o autor Shiraishi Neto (2007) ao apresentar um excerto do relato de uma das entrevistas realizadas para seu trabalho:

Então, ele (o babaçu) é uma grande importância, porque dele a gente tira a sustentabilidade. Eu lembro que a minha mãe, nós morávamos numa casa que ela era de palha, de babaçu, e tanto era em cima como embaixo, tudo fechado e as portas era uma esteira de babaçu. Então pra mim ela tem uma utilidade tão grande que ela serve pra gente em tudo, ela dá a vida pra quem não tem, sabe, ela deu a vida pra nós porque do babaçu vem a amenda pra gente fazer azeite, pra temperar a comida, o leite pra temperar a comida também o leite, a casa você fazer o carvão pra cozinhar, a palha faz o “pacará” pra gente cortar arroz, panhar feijão, botar dentro, sabe, é tudo. E a palmeira quando dá raio que cai na palmeira e ela morre bate no chão, num demora tempo ela dá o adubo, a gente bota numa cebola, é vida, a palmeira dá é a vida. E uma palmeira pra mim, eu comparo ela como uma mãe de família. (Entrevista com Diocina Lopes, dona Dió, Lago dos Rodrigues, maio de 2015 - grifos nossos).” (SHIRAISHI NETO, 2017, pág. 151)

No Brasil existem 18 milhões de hectares de babaçuais no total, dos quais 10,3 milhões localizam-se apenas no estado do Maranhão e aproximadamente 400 mil famílias vivem da economia do babaçu (BARBOSA, 2013). Na segunda metade do século XX, mulheres agricultoras e extrativistas do coco babaçu tiveram que se articular socialmente e politicamente para reivindicar o acesso e a preservação dos babaçuais contra os grileiros e latifundiários. Em 1969, com a Lei Estadual de Terras Nº 2979 denominada “Lei Sarney”, houve um grande incentivo à pecuária no Maranhão, pois milhares de hectares de terras públicas e particulares foram concedidas aos latifundiários, restringindo o acesso aos babaçuais e evidenciando a concentração de terras e o avanço do agronegócio (RÊGO & ANDRADE, 2006).

A trajetória dessas mulheres é marcada por extrema pobreza e desigualdade social, na qual mal conseguem garantir seu próprio sustento e dependem do extrativismo do coco. Além disso, são submetidas a relações de dominação e opressão por parte dos fazendeiros que se apossaram das terras e obrigam as

famílias que já residiam nesses locais a trabalharem em troca de não serem expulsas (CARVALHO & MACEDO, 2019). As mulheres rurais afetadas pela privatização das terras assumiram a identidade de “quebradeiras de coco” e se mobilizaram para lutar por políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal criando o “Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu”, em 1995 (HAGINO, 2007).

Dessa forma, a articulação política para enfrentar os problemas causados pela devastação dos babaçuais e que ameaçavam o sustento e a cultura das quebradeiras originou o movimento “Babaçu Livre”, o qual defende principalmente o livre acesso aos babaçuais e a conservação dessas áreas (SHIRAISHI NETO, 2017). No início do movimento as “quebradeiras” tentaram apresentar várias vezes um projeto de lei à Câmara dos Deputados, mas foram todos arquivados. Atualmente, já existem leis aprovadas em municípios do Maranhão, Pará e Tocantins que garantem o livre acesso e coleta de babaçu, além de também estabelecerem normas que proíbem queimadas, uso de agrotóxicos e a derrubada das palmeiras (CORDEIRO, 2008).

O “movimento das quebradeiras” não somente une as pautas de gênero e ecológicas como também defende práticas de igualdade, solidariedade e respeito pelos ciclos naturais (SHIRAISHI NETO, 2017). Por exemplo, a prática de “caçar coco” carrega consigo muitos costumes como o de não se cortar o cacho de coco e sim deixá-los cair no chão para que mais de uma família possa colher. Além disso, o coco é distribuído entre as quebradeiras de maneira igualitária para que possa prover a todos sem distinções e sem que haja disputa pelos recursos (SHIRAISHI NETO, 2017).

A identidade das quebradeiras está ligada à preservação das áreas naturais de babaçuais, pois, existe uma consciência coletiva de que não adianta manter as palmeiras em pé se todo o ecossistema ao redor estiver devastado. Dessa forma, compreende-se que o “extrativismo sustentável do babaçu” além de ser uma cultura ancestral também se tornou um ato de resistência frente ao sistema de produção massivo que o capitalismo criou.

6.2 Mulheres Catadoras de Mangaba (MCM)

A construção da identidade das “Mulheres Catadoras de Mangaba” é semelhante à luta das “Quebradeiras de Coco Babaçu”, visto que são mulheres de

populações tradicionais dos estados do Norte e Nordeste que subsistem principalmente por meio do extrativismo e comercialização da mangaba (MOTA, 2007). A conservação das áreas nativas de mangabeira é importante para garantir a manutenção do ecossistema de restinga, porém a valorização da fruta desencadeou um crescente interesse econômico por parte dos proprietários de terras e posseiros a fim de explorar esse recurso de modo predatório e impedir a atividade das catadoras (SCHMITZ et al, 2010).

O crescimento dos conflitos gerados pela disputa de acesso aos recursos das áreas remanescentes de mangabeira fomentou a necessidade de articulação das mulheres catadoras, pois não têm posse de terras e nem reconhecimento por parte das políticas públicas enquanto populações tradicionais (SCHMITZ et al, 2013). Desse modo, a mobilização das populações que estavam com sua cultura e sobrevivência em risco fundou o “Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM)” com os objetivos de reivindicar: a garantia do livre acesso às áreas de mangabeira; a possibilidade de compra de terras pelo governo para garantir o acesso ao recurso; a conservação das áreas nativas de mangaba e a fiscalização dos órgãos federais estaduais para impedir os desmatamentos; a criação de políticas públicas que melhorem a comercialização e beneficiamento para as mulheres catadoras (MOTA, 2007).

A cultura extrativista das Catadoras de Mangaba é configurada através dos conhecimentos tradicionais transmitidos de geração a geração há séculos, de modo que o manejo dos recursos é feito de maneira consciente e sustentável, preservando a biodiversidade existente em todo ecossistema (MOTA, 2007).

O aumento do desmatamento para plantio de cana-de-açúcar, eucalipto e para construção de infraestruturas turísticas coloca em risco a reprodução social do grupo das catadoras (SANTOS & SOUZA, 2016). Em 2007, a “Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)” reconheceu a identidade das catadoras de mangabas como uma população tradicional, contribuindo para uma maior visibilidade para a luta destas mulheres (SANTOS & SOUZA, 2016).

6.3 Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O avanço das “políticas desenvolvimentistas” defendem um ideal de progresso econômico exponencial, que se mostra cada vez mais anti-democrático e centrado

para acumulação de lucro, colocando as questões ambientais e sociais à mercê dos interesses econômicos (BOLDRIN, 2017). Assim sendo, o interesse na natureza é reduzido apenas aos recursos naturais passíveis de exploração.

Na década de 1970, o investimento no setor energético do Brasil subsidiou grandes empreendimentos como o de usinas hidrelétricas, visando a produção de energia mais barata, mas submetendo o deslocamento de milhares de famílias de suas casas (MASO, 2020). Por consequência das desapropriações, as populações atingidas começaram a se organizar para debater essas questões, visto que os impactos causados são tanto nos recursos locais, quanto sociais, ambientais e financeiros. O “Relatório da Comissão Especial de Barragens”, do “Conselho Nacional de Direitos Humanos”, de 2010 depreendeu que os projetos de barragens geram “graves violações de direitos humanos, cujas consequências acentuam as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (MASO, 2020).

Inicialmente, a organização das populações atingidas pelas barragens começou por comissões regionais e posteriormente, frente à necessidade de ter mais força na articulação, foi constituído o “Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB)” (SILVA, 2007). O MAB foi instituído a partir do “1º Congresso de Atingidos por Barragens” realizado em Brasília em 14 de março de 1991, agrupando agricultores, indígenas, quilombolas e ribeirinhos de 17 estados do país: RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, PI, PA, RO, CE, BA, RJ, PE, PB, TO e MA (PORTES 2017). De acordo com a “Comissão Mundial de Barragens”, há mais de dois milhões de pessoas atingidas pelas construções das barragens no Brasil, sendo que 70% ainda não receberam nenhum tipo de reparação e 3,4 milhões de hectares de terras produtivas já foram inundadas (FERNANDES et al, 2020).

Nesse contexto, os principais objetivos da articulação do MAB eram lutar pelos direitos e necessidades do povo atingido frente às empresas, ao Estado e qualquer outra instituição que estivesse envolvida nessas questões. Também como forma de resistir e se opor aos grandes projetos das barragens, o Movimento levantou bandeiras a favor de uma nova formulação de política energética que incluísse: 1) Priorizar as questões sociais e ambientais, de modo que una o desenvolvimento humano com a sustentabilidade ambiental; 2) Que o controle do setor elétrico seja estatal; 3) Que tenha participação popular no planejamento, organização e execução;

4) Investimento em fontes energéticas alternativas, eólica, solar, fotovoltaica e por biomassa (SILVA, 2007).

De acordo com o MAB, (2003), apud Silva (2007) a “história” das populações atingidas

[...] tem sido marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela construção de um projeto popular para o Brasil que contemple uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda os anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre o processo de construção de barragens, seus destinos e do meio ambiente. (Caderno sobre “A crise do modelo energético” MAB 2003, In: SILVA 2007).

A construção de barragens para geração de energia, abastecimento de água e acumulação de rejeitos industriais geram consequências gravíssimas tanto para a população local quanto para o ecossistema como um todo. Por exemplo, o rompimento das barragens de rejeitos de Mariana (MG) em 2015 e de Brumadinho (MG) em 2019 causou inúmeros óbitos, desabrigou centenas de famílias e contaminou os rios atingidos, afetando brutalmente a diversidade de espécies presentes (FREITAS, et al 2019).

A participação das mulheres na articulação do movimento foi gradual, pois no início das mobilizações a participação era majoritariamente masculina. No entanto, o empobrecimento das comunidades, a privação de seus direitos e os deslocamentos forçados levaram as mulheres a um processo de reconhecimento das violações sofridas e assim constituírem sua resistência para sua própria sobrevivência (MASO, 2020). As mulheres são historicamente as “principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização” da sociedade capitalista patriarcal, sendo que a maioria são trabalhadoras rurais responsáveis pela produção de alimentos e pela manutenção dos recursos domésticos (PORTES, 2017; BOLDRIN, 2017). Desse modo, a perda dos rios e das plantações afetam diretamente a disponibilidade de alimentos, pois essas famílias dependem dos recursos naturais para sobreviverem. De acordo com o relato de uma participante do MAB, apresentado no trabalho de Silva (2007):

A luta é por justiça, meio ambiente, água, energia e muitas outras questões. A barragem simboliza a destruição da natureza e o deslocamento das famílias. O MAB luta pelos direitos da família, pois nós dependemos da

floresta e da agricultura para sobreviver. Na minha região, a maioria das populações atingidas foi-se embora, tentar a vida na periferia dos centros regionais. (Leonete - participante do MAB - moradora da região Norte - atingida pela barragem de Tucuruí, 16 de março de 2006) (SILVA, 2007, p. 184)

Um grande marco na atuação das mulheres do MAB ocorreu em 2013 quando tiveram contato com a técnica têxtil chilena chamada “arpillera” que utiliza retalhos de tecidos para expressar artisticamente a realidade cotidiana de um grupo social expondo as violações, dores e opressões sofridas (PORTES, 2017). A utilização dos artesanatos têxteis propicia uma nova estratégia de resistência que fomenta o empoderamento individual e coletivo, transformando as vozes silenciadas das mulheres em narrações visuais e vivas (FERNANDES et al. 2020). Além de o artesanato ajudar financeiramente essas mulheres, as “arpilleras” se tornaram um novo instrumento de luta político-social dando visibilidade às contradições e consequências do modelo energético brasileiro, denunciando as violações ambientais, econômicas e sociais (PORTES, 2017). Assim, como descrito no site oficial no MAB²:

as arpilleras, além de uma ferramenta de denúncia, são um convite e uma possibilidade de tecer a organização das mulheres. É assim que as peças são costuradas, em cada ponto o anseio de que outro mundo é necessário e possível de ser tecido coletivamente.

Desse modo, o movimento tem caráter fundamental na oposição do sistema econômico exploratório e de grande impacto ambiental das barragens, além de contribuir para a visibilidade da situação das famílias atingidas que anseiam por justiça.

6.4 Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)

Na década de 1980, com o cenário de expansão da produção agroalimentar homogeneizado e industrial, formou-se em vários estados movimentos de mulheres rurais em busca de debater os problemas enfrentados no campo, de maneira que em 2004 consolidou-se a nível nacional o “Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)” (CINELLI & JAHN, 2011). O MMC se identifica como “um movimento social, autônomo,

² Site do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): <https://mab.org.br/>

camponês, de causa feminista e com vistas de transformação”, que luta pelo reconhecimento do trabalho feminino no campo, a libertação das mulheres, a produção de alimentos saudáveis em equilíbrio com a natureza e a transformação da sociedade (ADÃO et al, 2011).

Como descreve a autora Boni (2013, p.70) em seu artigo, “a categoria camponês” pode ser identificada pelo modo de viver e de relacionar-se com a natureza, além de englobar uma heterogeneidade de identidade de mulheres:

Fizemos debates sobre a categoria camponês que compreende a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. **Neste sentido, mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas.** A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2009 apud BONI, 2013; grifo nosso).

Assim, de acordo com a citação acima, a mulher camponesa exprime seu valor e seu papel fundamental na dinâmica da família e do lar, além de contribuir para a sustentação econômica da família.

O discurso do MMC se opõe tanto ao modelo de produção capitalista que prioriza a agricultura em larga escala com o uso de técnicas de monocultura e agrotóxicos, quanto também ao uso de sementes transgênicas. A partir disso, em 2007, o MMC fez a “Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis” em defesa da preservação ambiental e das sementes crioulas atrelados ao olhar cuidadoso para o sistema alimentar que o sistema capitalista criou (BONI & BOSETTI, 2017; CINELLI & JAHN, 2011).

Nessa perspectiva, o movimento tem exposto a preocupação diante da urgência da reestruturação da relação entre os seres humanos e a natureza defendendo uma nova proposta de política de desenvolvimento agrícola para o país que inclua princípios da agroecologia para uma nova racionalidade produtiva (CRUZ, 2013). Dessa maneira, observa-se que a construção da identidade coletiva das mulheres camponesas, atrelada à busca pela emancipação da mulher e da natureza

dialogam com a organização de uma estrutura social e econômica mais justa e sustentável.

6.5 Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

Durante o período da ditadura militar no país, o incentivo ao agronegócio e a modernização do campo e, conseqüentemente, da técnica de monocultura, contribuiu para que o Brasil se tornasse “um dos países com maior concentração latifundiária do mundo e maior índice de desigualdade social” (MAGACHO, 2017). Como forma de resistência, na década de 1970, trabalhadores rurais por todo país se organizaram para defender a reforma agrária e a luta pelo direito da terra dos latifúndios improdutivos (COELHO, 2017). A injustiça social que as famílias rurais sofrem, seja pela desvalorização do trabalho, seja pela exclusão e expropriação foram fundamentais para firmar a importância da luta contra a desigualdade socioeconômica do campo (FERNANDES, 2012).

Como forma de firmar uma articulação política dos trabalhadores rurais, foi fundado na década de 1980 o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)”, definido como “um movimento de massas” que busca “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”, além de defenderem a “construção de um país democrático, justo e baseado em relações harmônicas com a natureza” (MAGACHO, 2017). Atualmente, o MST está presente em 25 estados do país e é estruturado em 8 setores responsáveis por organizar os assentamentos e acampamentos, sendo esses: “Frente de Massas”, “Produção alimentar”, “Cultura”, “Saúde”, “Formação política”, “Educação”, “Comunicação social” e “Gênero” (setor responsável por organizar e mobilizar os coletivos de gênero) (GONÇALVES 2009).

Inicialmente, a participação das mulheres no movimento era restrita ao trabalho na roça e aos cuidados da família, enquanto os papéis de liderança eram dos homens (DEERE, 2004). No entanto, conforme o crescimento do movimento, as mulheres assentadas iniciaram discussões a respeito da importância da participação feminina em todos os níveis de organização do MST, resultando na criação de um capítulo exclusivo sobre a “articulação das mulheres” na primeira edição das Normas Gerais do MST em 1989 (GONÇALVES 2009; DEERE, 2004). O capítulo aborda a pauta das mulheres com os seguintes objetivos:

i) A luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; (ii) A organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus próprios problemas específicos; (iii) Encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as mulheres trabalhadoras rurais participam independentemente de suas posições de classe; e (iv) Organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento. (DEERE, 2004, pg.187)

Em 1996 houve o “I Encontro de Mulheres Militantes do MST”, que resultou na criação do “Coletivo Nacional de Mulheres”, como forma de estreitar a formação política e “criar condições objetivas” à luta das mulheres (GONÇALVES 2009). Além das questões sobre machismo e a relação desigual entre gêneros, a articulação das mulheres do MST inclui pautas sobre a infra-estrutura no campo, o uso de transgênicos, a importância da soberania alimentar e a defesa da biodiversidade (FARIA, 2009).

A luta pela reforma agrária é prioridade desde o início do movimento (HONÓRIO, 2005), mas o contato com ONGs ambientalistas possibilitou “a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos”, unindo a Agroecologia à bandeira do movimento, como “novo modelo de produção na agricultura” (FRADE, 2017).

Uma questão a ressaltar, é que muitas atividades produtivas que as mulheres realizam são consideradas como extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2009), por isso é tão importante o aprofundamento das reflexões sobre as desigualdades entre homens e mulheres para a construção de novas relações de gênero no dia-a-dia dos assentamentos/acampamentos (GONÇALVES 2009).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o objetivo proposto no trabalho, foi possível compreender o processo histórico de desenvolvimento do movimento ecofeminista, bem como as críticas e construções realizadas frente às políticas públicas internacionais. A partir disso, observa-se que as discussões realizadas pelas principais autoras feministas e ecofeministas foram primordiais para que se iniciasse o debate para contestar o androcentrismo e de como se construíram as relações sociais e ambientais, sustentadas na opressão das classes mais vulneráveis e das mulheres. Visto que as mulheres mais pobres, em geral de áreas rurais e de populações tradicionais, são as primeiras a sentirem os impactos da exclusão no mercado de trabalho, da degradação ambiental causada pela supressão dos recursos naturais e da estrutura da economia, que valoriza máxima produção a baixo custo.

Embora algumas mulheres se sintam mais próximas da natureza do que os homens devido à semelhança com seus ciclos naturais, como a menstruação e as fases da lua, e ambas serem reprodutoras de vida, esse sentimento não deve ser generalizado e nem, tampouco, romantizado para se basear na formação da estrutura social em que vivemos. Idealmente, devemos todos nos sentirmos parte do meio ambiente, sem distinção entre gêneros e natureza, para desta forma conseguirmos nos conscientizar e reestruturar a relação predatória e hierárquica que a humanidade criou para se obter crescimento tecnológico e econômico.

Ao longo da história, com a crise ambiental cada vez mais preocupante e os impactos sentidos diretamente sobre as populações, a necessidade de articulações e posições políticas se tornaram evidentes. Hoje percebe-se que já existe uma cobrança muito maior por parte da população sobre os governos para reverter as degradações ambientais bem como solucionar os problemas de opressão e violência sobre as mulheres.

A movimentação política conduzida por mulheres se mostra de extrema importância para a luta em prol de novas mudanças, visto que a pressão desses movimentos obtiveram resultados significativos principalmente na área jurídica, com a implementação de novas leis e direitos firmados. Por exemplo, é notório que as Conferências mundiais sobre as questões das mulheres foram extremamente importantes para trazer visibilidade para os problemas existentes, bem como permitir a criação de novas instituições que garantam a fomentação de ações de mudança.

Dessa forma, esses espaços criados para a construção de debates e vivências contribuem não somente para o empoderamento feminino quanto para a efetivação de leis nacionais e internacionais de defesa da mulher e das causas ambientais.

No Brasil, por exemplo, uma série de avanços foi conquistada em defesa da preservação do meio ambiente, visto que o país possui uma vasta biodiversidade e espécies endêmicas. Desde que a Constituição Federal de 1988 entrou em vigor, existe uma cláusula que prevê que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (artigo 225). E logo após, em 1989, houve a criação do “Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis” (IBAMA). A partir disso, as políticas públicas ambientais tiveram uma ascensão importante, marcada pela inauguração do “Ministério do Meio Ambiente” (MMA) em 1990. Garantindo o progresso nas pautas ambientais, foi aprovada a “Lei de Crimes Ambientais” em 1998 e logo depois instituiu-se o “Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” (SNUC). De acordo com o site oficial do “Instituto Chico Mendes” (ICMBIO), os objetivos da criação do SNUC incluem além da preservação física e biológica das áreas naturais, mas também garantir a subsistência das populações tradicionais, como indígenas e quilombolas, que sofrem diretamente com as alterações ambientais.

No entanto, os avanços e conquistas nas políticas ambientais vêm sofrendo uma série de retrocessos, principalmente desde o aumento da influência da bancada ruralista no governo brasileiro e devido a eleição do presidente Jair Bolsonaro em 2019. A situação agravou-se com as novas legislações e medidas provisórias presidenciais, como por exemplo, o esvaziamento de funções do “Ministério do Meio Ambiente” (MMA) transferidos para o “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento” (MAPA), o qual é liderado por Tereza Cristina, popularmente conhecida por “Musa do veneno” devido seu posicionamento em defesa do uso de agrotóxicos. Como resultado, desde que assumiu o MAPA foram aprovados 967 pesticidas novos (GRIGORI, 2021).

Além disso, dentre as novas funções e responsabilidades do Ministério da Agricultura estavam a fiscalização e controle do desmatamento, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a demarcação de terras indígenas. Dessa forma, é evidente o quanto os interesses econômicos dominaram as questões socioambientais, colocando em risco décadas de avanço social e ambiental (FEARNSIDE, 2019).

Atualmente no Brasil, a resistência das mulheres de comunidades tradicionais é essencial tanto para garantir seus direitos, quanto também lutar pelo reconhecimento do valor de seu trabalho, pela melhoria da condição de vida e que a conservação das áreas naturais seja feita além do papel. Pois, manter os ecossistemas saudáveis está intimamente relacionado com a garantia de uma segurança alimentar, sem agrotóxicos e transgênicos tanto para suas comunidades locais quanto para o resto da população.

Conclui-se que a relação de proximidade entre a natureza e as mulheres quebradeiras, catadoras, atingidas por barragens, camponesas e sem-terra existem porque elas dependem diretamente da terra e dos recursos naturais para sobreviverem de forma que a degradação ambiental afeta sua sobrevivência. Assim, lutar pela conservação da natureza é lutar em prol da sua cultura, da qualidade de vida e da sua ancestralidade.

Os movimentos brasileiros apresentados não levantam a bandeira do 'ecofeminismo', dado que a maioria das mulheres das comunidades tradicionais não têm acesso a esse tipo de teoria, o único que levanta a causa feminista é o Movimento das Mulheres Camponesas. Mesmo sem se auto denominarem ecofeministas, os movimentos estudados lutam por causas semelhantes às pontuadas pela corrente ecofeminista em geral - a libertação e autonomia da mulher e a não degradação ambiental.

8. REFERÊNCIAS

- _____. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” y “ser humano”. In: Amorós, Celia. **Feminismo y filosofía**. Madri: Síntesis, 2000. p. 165-192.
- _____. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. Isegoría, **Revista de Filosofía Moral y Política**, Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.
- _____. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana (ed.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madri: Minerva, 2005. v. 2; p. 35-68.
- _____. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, María Luisa; PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coord.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madri: Al-Mudayna, 2004. p. 21-34
- ADÃO, N. M. L., VALMIR, L. S., HÖTZEL, M. J. **Movimento de Mulheres Camponesas e a sementeira de novas perspectivas: Os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no oeste catarinense**. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.8, n.2, p. 160-198, Jul./Dez. 2011.
- AGARWAL, Bina. **El género y el debate medioambiental: lecciones desde India**. In: AGRA, Maria Xosé (comp.). **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p. 179-226.
- ALVES, B. M., PITANGUY, J. **O que é feminismo?**. Editora Brasiliense, 8 de setembro, 2017.
- ANGELIN, R. **Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável**. Universidad En Diálogo: Revista De Extensión, 7(1), 51-68 (2017).
- ARARIPE, T. A. F. **Mulheres, ecofeminismo e bem viver: Contra a mercantilização da natureza e da vida**. In: Direitos de Pachamama e Direitos Humanos, cap. 4. 2018.
- ARAÚJO E SILVA, L. **Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu e Movimentos Sociais**. P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p.161-176, Mar./ Set. 2017.
- ARAÚJO JUNIOR, M. E., DMITRUK, E. J., MOURA, J. C. C. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. Seqüência (Florianópolis), n. 68, p. 129-157, jun. 2014.
- BARBOSA, V. O. **Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. Tese (Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói / 2013.
- BESTER, G. M. **Aspectos históricos da luta sufragista feminina no Brasil**. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis, v. 15 n.21, p.11-22, 1997.
- BISINOTI, M. C. & JARDIM, W. F. **O comportamento do metilmercúrio (metilHg) no ambiente**. Quím. Nova vol.27 no.4 São Paulo July/Aug. 2004
- BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.
- BOLDRIN, J. **As mulheres, o desafio do desenvolvimento científico e tecnológico e o Movimento dos Atingidos por Barragem**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais

Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

BONI, V. **Movimento de Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista**. REVISTA GRIFOS - N. 34/35 - 2013.

BOTELHO, L. L.R., CUNHA, C. & MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade, 5(11), 2011. p. 121-136.

BRAGA, F. R. **Os movimentos ecológico-sociais femininos e a luta pela conservação ambiental**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Direito no curso de Pós-graduação em Direito Ambiental do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2015.

BRANDÃO, M. L. R., BINGEMER, M. C. L. **Mulher e Relações de Gênero**. Edições Loyola, 1994.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Editora Cultrix, São Paulo, 1996.

CARMO, J. C., PIRES, M. M., JÚNIOR, G. J., CAVALCANTE, A. L., TREVIZAN, S. D. P. **Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo**. Rev. Estud. Fem. vol.24 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2016

CASTRO, M. G. & ABRAMOVAY, M. **Gênero e Meio Ambiente**. 2ª ed. Cortez Editora, 2005.

CAVANA, Maria Luísa. La relación instrumentalizadora con la naturaleza. In: CAVANA, M. L.; PULEO, A.; SEGURA, C. (coord.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madri: Al-Mudayna, 2004. p. 11-20

CESTARI, M. J. **Imprensa Feminista Brasileira na Década de 1970: Um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres**. Língua, Literatura e Ensino – Vol. III Maio/2008.

CINELLI, C. & JAHN, E. F. **A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas**. Revista Espaço Acadêmico, nº117. Fevereiro/2011.

COELHO, P. S. **Mulheres do MST em luta pela a vida, contra a lama que violenta e mata. Reflexões sobre a luta das mulheres do MST da região sudeste em março de 2016**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

CORDEIRO, A. M. et al. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa**. Rev. Col. Bras. Cir., Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, dez. 2007.

CRUZ, T. A. **A caminhada de organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na luta em defesa da vida**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

D'EAUBONNE, F. **Le féminisme ou la mort**. FeniXX, 1974.

DEERE, C. D. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DELESPOSTE, A. G. **Movimento dos Atingidos pela barragem de Fumaça-MG: Caminho para o empoderamento da mulher?** Tese (Pós-Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 2012.

DI CIOMMO, R. C. **Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade**. Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

DUARTE, R. C. P. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero : uma análise à luz da teoria bidimensional da justiça**. Dissertação (Mestrado) –

Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2015.

DuBois, E. C. **Feminism and Suffrage: The Emergence of an Independent Women's Movement in America, 1848-1869**. Cornell University Press; First Printing edition. July 12, 1999.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília : MDA, 2009. 168p. ; il.; 23cm.

FEARNSIDE, P. M. **Desmonte da Legislação Ambiental Brasileira**. In: Movimentos Socioambientais: lutas, avanços, conquistas, retrocessos, esperanças. org./ Joseph S. Weiss. Formosa (GO), Xapuri Socioambiental, 1ª ed., 442 p., 2019.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, B. R., ESMERALDO, G. G. S. L., ALVES, M. C. **Arpilleras: socializando as artes-políticas que retratam denúncias das mulheres atingidas por barragens em territórios nordestinos**. O Público e o Privado, nº 35, jan/abr, 2020.

FERRARI, G. **Wangari Maathai, uma mulher pelo Quênia e pelas árvores**. O Eco, 2017. Disponível em:

<<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/wangari-maathai-uma-mulher-pelo-quenia/>>

FONTÃO, M. A. B. **As Conferências da ONU e o Movimento de Mulheres: Construção de uma agenda internacional**. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) 60 pgs. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105035>>.

FRADE, F., SAUER, S. **O MST e a experiência de agroecologia em assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Revista Latinoamericana de estudios rurales II (3), 2017 ISSN 2525-1635.

FREITAS, C. M. BARCELLOS, C., ASMUS, C. I. R. F., SILVA, M. A., XAVIER, D. R. **Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva**. Espaço Temático: Mineração e Desastres Ambientais, Cad. Saúde Pública 25(5), 20 de maio de 2019.

FREITAS, L. V. M. **O Feminismo que veio do campo: movimentos de mulheres e trajetórias de identificação (Brasil e Paraguai, 1985-2010)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2014.

GAARD, G. **Ecofeminism: women, animals and nature**. Temple University Press, Philadelphia, 1993.

GARCIA, C. C. **Breve História do Feminismo**. Claridade; Edição: 4ª. 15 de maio de 2011.

GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1990.

GONÇALVES, R. **(Re)Politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST**. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, Jul/Dez. 2009.

GONÇALVES, T. A., ROSENDO, D. **Mulheres, Consumo e Sustentabilidade**. Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo - Vol. VI, n. 21. Março/2016.

GOULART, M. & CALLISTO, M. **Bioindicadores de qualidade de água como ferramenta em estudos de impacto ambiental**. Revista da FAPAM, ano 2, no.1, 2003.

GRIGORI, P. **Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história**. Agência Pública/Brasil de Fato. 18 de jan. de 2021. Disponível em:
<https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/> Acesso em: 05 de jun de 2021.

GUARNIERI, T. H. **Os direitos das mulheres no contexto internacional – Da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995)**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, N. 8, JAN/JUN 2010.

HALL, B. L. **A River of Life: Learning and Environmental Social Movements**. Interface: a journal for and about social movements. Volume 1 (1): 46 - 78. January/ 2009.

HAWKINS, R. Z. **Ecofeminism and Nonhumans: Continuity, Difference, Dualism, and Domination**. Hypatia, vol. 13 no. 1, 1998.

HONÓRIO, R. G. **Derrubando as fronteiras de gênero: as mulheres do MST na luta pela terra**. Temáticas, Campinas, 13(25/26): 259-286, jan/dez. 2015.

JILES, E. C. **Un capítulo en la Historia del Feminismo: Las sufragistas inglesas**. Ediciones MEMCh, 1952.

KING, Y. **The ecology of feminism and the feminism of ecology**. Healing the wounds: The promise of ecofeminism, v. 19, 1989.

LEAL, G. C. S. G., FARIAS, M. S. S., ARAÚJO, A. F. **O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano**. QUALIT@S Revista Eletrônica. ISSN 1677-4280 v.7. n.1. Ano 2008.

LEEF, H. **Ecofeminismo: el género del ambiente**. *Polis* [En línea], 9 | 2004

MAATHAI, W. **The Green Belt Movement: Sharing the approach and the experience**. Lantern Books, 2003.

LEPPÄNEN, K. **En paz con la tierra**. In: CAVANA, María Luisa; MacCORMACK, C. P., STRATHERN, M. **Nature, Culture and Gender**. Cambridge University Press, 1980.

MAGACHO, L. N. **Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais: Um estudo sobre teses e dissertações brasileiras**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Rio Claro, 2017.

MASO, T. F. **Onde estão nossos direitos? O campo feminista de gênero bordado pelas mulheres atingidas por barragens**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2 p.489-518, 2020.

MELLOR, M. **Feminism & Ecology**. Polito Press, Cambridge UK (1997)

MILLS, P. J. **Feminism and Ecology: On the Domination of Nature**. Hypatia, vol. 6, no. 1, 1991.

MOLYNEUX, M. & STEINBERG, D. L. **Mies and Shiva's Ecofeminism: A new testament?** Feminist Review No. 49 Spring 1995. Pp 86-107.

MOTA, D. M. et al. **As Catadoras de mangaba – problemas e reivindicações.** Belém,PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

NORONHA, I. **Entre o solo e a terra: Mulheres inseridas em experiências de Agroecologia no MST.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas. Limeira, SP, 2018.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento:** de acordo com a Resolução 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22.12.89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995, p. 365.

ORTNER, S. B. **Is female to male as nature is to culture?** In M. Z. Rosaldo and L. Lamphere (eds), *Woman, culture, and society*. Stanford, CA: Stanford University Press, pp. 68-87.1974.

PEDRO, J. N. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).** Rev. Bras. Hist. vol.26 no.52, São Paulo Dec. 2006.

PORTES, F. O. **Mulheres Atingidas por Barragens: Expressando resistência através das arpilleras.** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), Veranópolis, 2017.

PULEO, A; SEGURA, C. (coords.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad.** Madri: Al-Mudayna, 2003. p. 107-118.

PULEO, A. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: Amorós, Celia; De Miguel, Ana (ed.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De los debates sobre el género al multiculturalismo.** Madri: Minerva, 2005. t. 3; p. 121-152.

RAGO, M. **Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil.** Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica.** Tubarão: Ed. UNISUL, 2002.

REGO, J. L. & ANDRADE, M. P. **História de Mulheres: Breve comentário sobre o território e a identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão.** Agrária, São Paulo, Nº 3, pp. 47-57, 2006.

RIBEIRO, A. M. M., MORAIS, H. B. **Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens - Brasil.** Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 02, 2019, p. 1046-1070.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática x revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

RUETHER, R. R. **Ecofeminism: Symbolic and Social Connections of the Oppression of Women and the Domination of Nature.** Feminist Theology, 3(9), 35-50. 1995.

RUETHER, R. R. **Ecofeminismo: Mulheres do Primeiro e do Terceiro Mundo.**

Estudos Teológicos, 36(2):129-139, 1996.

RUETHER, R. R. **Ivone Gebara: Teóloga Ecofeminista Latino-Americana**. Mandrágora, v.20. n. 20, p. 175-185, 2014.

SANTOS, E. A. & SOUZA, M. R. **Territorialidade das Catadoras de Mangaba no Litoral Sul de Sergipe**. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, número especial (3), p. 629 - 642, Fevereiro. 2016.

SARTI, C. A. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, v.12, n.2. Florianópolis. maio/ago, 2004.

SARTI, C. **Feminismo no Brasil: Uma trajetória particular**. Cad. Pesq., São Paulo (64):38-47. fev 1988.

SCHMITZ, H., MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F., JESUS, N. B. **Conflitos sociais em debate: O Caso das Catadoras de Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil**. Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 16. n. 1. p. 157 - 177, 2010.

SCHMITZ, H., MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR, J. F., JESUS, N. B. **Gestão Coletiva de Bens Comuns e Conflito Ambiental: o Caso das Catadoras de Mangaba**. III Encontro da ANPPAS, 23-26 de maio de 2006, Brasília-DF.

SCHMITZ, H., MOTA, D. M., SILVA JÚNIOR. **Tradição ameaçada: os conflitos sociais enfrentados pelas catadoras de mangaba no Brasil**. Gebr. Mann Verlag, Berlin 2013.

SCHNORRENBURGER, N. & ANGELIN, R. **Ecofeminismo e tutela ambiental: uma reflexão acerca da atuação dos movimentos de camponesas no Brasil**. RJLB, Ano 4, nº 6, 2018.

SCHWARTZ, R. M. P. B. **Quebradeiras de Coco Babaçu: cultura tradicional e a preservação do meio ambiente**. Emblemas, v. 14, n. 1, 53 - 72, jan. – jun., 2017.

SCHWARTZ, R. M. P. B. **Beijing muito mais que palavras: A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, das Nações Unidas e as Políticas Públicas no Brasil**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

SHIRAIISHI NETO, J. **Quebradeiras de Coco: “Babaçu Livre” e Reservas Extrativistas**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.14, n.28,p.147-166. Janeiro/Abril de 2017.

SHIVA, V., BANDYOPADHYAY, J. **The Evolution, Structure, and Impact of the Chipko Movement**. Mountain Research and Development, Vol. 6, No. 2. pp. 133-142. May, 1986.

SHIVA, V. **Staying Alive: Women, Ecology, and Development**. South End Press, 30 de novembro, 2010.

SILIPRANDI, E. **Ecofeminismo: Contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sust., Porto Alegre, v.1, n.1, jan./mar. 2000.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Revista Brasileira de Agroecologia, [S.l.], v. 4, n. 3, dec. 2009. ISSN 1980-9735.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, A. M. **Mulheres em movimento: Luta e resistência contra barragens**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Coimbra, 2007.

TORNQUIST, C. S., LISBOA, T. K., MONTYSUMA, M. F. **Mulheres e Meio Ambiente**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3):336, Set-dez/2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

VIEIRA, B. B. & MILWARD-DE-AZEVEDO, M. A. **A Etnobotânica e o Ecofeminismo em prol da conservação ambiental**. Diversidade e Gestão 2(2): 178-188. Volume Especial: Conservação in situ e ex situ da Biodiversidade Brasileira, 2018.

ZUIM, L. **Discurso e empoderamento: As Mulheres do MAB-RO por uma nova construção social**. XVII Congresso Ciências da Comunicação na Região Norte – Vilhena - RO /2018.

Marina Milito Goes

MARINA MILITO GOES

Rosa Maria Feiteiro Cavalari

PROF^a. DR^a. ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI